O Espaço Paulista

1955 - 1980

Sueli Ramos Schiffer

Profa. Departamento Tecnologia – FAUUSP.

Resumo

Procura contribuir para o entendimento dos determinantes da produção (e transformação) do espaço, em particular para o estado de São Paulo em dois estágios distintos do processo de acumulação recente.

Interpreta historicamente a atuação do Estado brasileiro nestes estágios através das políticas nacionais implementadas, procurando distinguir quais interesses privilegiaram e seus efeitos na transformação do espaço paulista.

*Extraído da Tese de Doutorado "As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 --1980", ago. 1989.
Orientador: Csaba Deák.*

Abstract

Contribution to the knowledge of the production (and transformation) of the space, mainly for São Paulo state in two recent stages of the accumulation process.

Accomplishes the historical interpretation of the Brazilian State performance in these stages through the national politics implemented, distinguishing its rethoric and stablishing its relations to the transformation of the São Paulo space.

Introdução

A produção do espaço vincula-se à estrutura econômica da sociedade e, no âmbito do capitalismo, é viabilizada pela atuação do Estado segundo os estágios do processo de acumulação interna.

O processo de acumulação no Brasil pode ser interpretado como sendo o de uma acumulação entravada, no qual a reprodução de uma sociedade de elite depende da manutenção de um modelo econômico expatriador de recursos em detrimento da expansão do mercado interno.

A reimposição deste modelo expatriador tem requerido a adoção de políticas nacionais específicas, as quais têm determinado o processo de produção e transformação do espaço nacional na medida que estas ao estabelecerem as diretrizes do desenvolvimento do país direcionam a materialidade espacial de suas implementações.

As transformações do espaço paulista em particular foram avaliadas procurando-se verificar suas relações com as principais políticas nacionais para o período compreendido entre 1955 e 1980.

Constatou-se que a elite nacional, capitaneada pelo capital paulista, através da utilização do Estado soube manter sua dominação reimpondo sistematicamente o modelo expatriador, o qual, baseado em concentração de capital e renda, e restrição ao crescimento do mercado interno, privilegiou os investimentos nas regiões mais desenvolvidas do país, notadamente em São Paulo, aumentando as diferenciações econômico-sociais regionais e interpessoais.

Conceito de Espaço

O espaço aqui considerado refere-se àquele produzido pelo homem, portanto produto do trabalho. Produto este que se caracteriza por estar em permanente transformação, ou seja, o espaço está continuamente sendo produzido (e reproduzido). (Marx, 1984)

Ao discorrer sobre a produção material, Marx indica que: "...sempre que falamos de produção, é à produção num estágio determinado do desenvolvimento social que nos referimos, (mas que) "todas as épocas da produção têm certas características comuns...". (Marx, 1983)

Entre estas situam-se as relações entre a produção, distribuição, troca e consumo, as quais, em síntese indicam que "não são elementos idênticos, mas são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. (...) é a partir (da produção) que o processo recomeça sem cessar (...). Uma produção determina, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca, determinados, regulando igualmente as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos". (Marx, 1983)

Estendendo estas relações à produção e ao espaço econômico, a produção do espaço pode ser entendida como um outro destes elementos essenciais da produção, pois analogamente à distribuição, ao consumo e à troca, não é possível produção (em geral) sem produção do espaço. Esta última também faz parte da totalidade indicada por Marx, pois do mesmo modo que é determinada pela produção, a esta determina.

Ao espaço produzido e à produção pode-se associar um dos aspectos da relação entre o consumo e à produção, o da intermediariedade entre ambos: "ambos surgem como intermediários um do outro; um é intermediado pelo outro, o que se exprime pela sua interdependência, movimento que os relaciona entre si e os torna reciprocamente indispensáveis, embora se conservem exteriores um ao outro". (Marx, 1983)

Assim, não há como negar que "produzir é produzir espaço" conforme acertado por Santos (1978), no entanto, vale ressaltar que produzir não é só produzir espaço. Um não é o outro no sentido de se confundirem. A produção (em geral) prevalece sobre a produção do espaço, tal como prevalece sobre os demais elementos que compõem a sua totalidade, ainda que esta totalidade envolva, necessariamente, relações recíprocas.

Relações estas devem ser estabelecidas historicamente e relacionadas à estrutura econômica da sociedade, pois o espaço é produzido e transformado sucessivamente segundo às necessidades do modo de produção dominante.

O modo de produção capitalista se caracteriza por estender a forma-mercadoria (Deák, 1985) à toda produção e não mais apenas ao excedente como no feudalismo, passando a requerer a existência de um mercado unificado para a realização da produção, distribuição, consumo e troca de mercadorias.

A construção de um mercado unificado implica: "que o espaço seja suficientemente homogeneizado por uma infra-estrutura de transporte e comunicações de modo que, embora diferenciação no interior do espaço persista, sua homogeneidade assegure que regimes autônomos de acumulação (os quais poderiam ser mercados separados de fato) não emergjam". (Deák, 1985)

A produção das condições de homogeneização do espaço, voltadas à construção de um mercado unificado no interior de uma nação-Estado, é historicamente determinada segundo os estágios do processo de acumulação interno. Processo este balizado pela atuação simultânea do mercado e do Estado, objetivando viabilizar a acumulação capitalista segundo projetos da classe dominante, conforme discutido a seguir.

Produção do Espaço e a Intervenção Estatal

O papel do Estado na economia capitalista é um tema bastante controverso, ainda que se considere apenas as interpretações inseridas no materialismo histórico ¹.

Neste trabalho descarta-se a interpretação do papel do Estado como autônomo em relação às classes sociais. Não é possível aceitar-se o Estado como palco da luta de classes. Este é sem dúvida o determinante histórico do capitalismo, mas seu palco é a instância do mercado.

O Estado é meio viabilizador do processo de acumulação que se dá, segundo as relações de produção capitalistas, pela dominação de classe. O Estado por reproduzir a dominação de classe não pode simultaneamente ser palco de disputas entre classes, pois jamais contribuiria à extinção desta dominação.

Ao se tratar em particular da produção do espaço, o Estado é, sem dúvida, um dos elementos determinantes. Não o Estado como sujeito da história, mas aquele que, ao implantar os projetos políticos da classe dominante, assume uma condição histórica. Deste modo não só terá a responsabilidade de construir diretamente a infra-estrutura física, necessária à acumulação e reprodução capitalista, mas difundir a ideologia ² para manter a dominação entre classes.

Avaliar o papel do Estado, uma vez que as condições de reprodução das relações de dominação envolvem de acordo com os estágios de desenvolvimento, só faz sentido num estágio determinado do processo de acumulação. Assim, entender a atuação do Estado brasileiro significa referir este Estado aos estágios de desenvolvimento do capitalismo no país, o que envolve necessariamente caracterizar a classe dominante nacional, bem como seus projetos políticos, em cada estágio avaliado.

O capitalismo no Brasil não tem evoluído historicamente no sentido de que uma sociedade burguesa efetivamente resulte, conforme premissas descritas por Fernandes (1973): "uma sociedade burguesa só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutura e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo".

No Brasil tem-se a formação de uma sociedade de elite e não de uma sociedade burguesa, cuja especificidade se refere a controlar internamente o processo de acumulação através da reimposição de um modelo expatriador de recursos. Este, em última instância, visa impossibilitar o livre desenvolvimento das forças produtivas e conse-

(1) Ver diversas interpretações sobre a atuação do Estado a partir do materialismo histórico em: SCHIFFER, Sueli R. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955-1980*. São Paulo, 1989. p. 17-21, Tese – Doutorado – FAUUSP.

(2) Ver conceitos de Ideologia em CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

qüentemente impedir o fortalecimento de uma burguesia que pudesse desafiar a domi-
nação desta elite.

A este processo de acumulação interna Deák denominou “acumulação entravada”.
(Deák, 1989). Esta, ao frear o processo de acumulação interna estará, conseqüente-
mente, restringindo a expansão do mercado nacional e a homogeneização do espaço
se dá em ritmo e direção controlados. O crescimento do mercado interno deve ser de
ordem apenas suficiente para viabilizar o processo de acumulação com primazia da
expatriação do excedente, assegurando deste modo a hegemonia da elite nacional.

As diretrizes econômicas adotadas pelo Estado brasileiro são portanto decorrentes
deste modelo expatriador, adotado pela elite nacional, o qual reflete simultaneamente os
privilégios internos desta elite e as necessidades de reprodução do capitalismo interna-
cional. E o espaço produzido pelo capitalismo brasileiro é fruto destas diretrizes, con-
forme exemplificado para o caso paulista.

As Principais Transformações do Espaço Paulista entre 1955 e 1980

As transformações do espaço, decorrentes de políticas nacionais, que visam, em última
instância, determinar o processo de constituição deste espaço, são mais intensas nos
períodos de crescimento econômico, pois nestes os investimentos públicos e privados
se elevam.

As fases expansivas, bem como as crises da economia brasileira, refletem-se expres-
sivamente em alguns indicadores tais como o Produto Interno Bruto (PIB), crescimento
industrial e taxa de investimentos (Tabela I).

A partir destes indicadores dois períodos se destacam quanto ao crescimento da eco-
nomia e o estágio de constituição do espaço nacional.

O primeiro se refere à mudança na estrutura produtiva do setor industrial com a im-
plantação da industrialização pesada em São Paulo. Esta fase, compreendida entre
1955 e 1961, teve como diretriz o *Plano de Metas*, elaborado pelo governo Kubitschek e
significou um avanço, ainda que restrito, no processo de homogeneização do espaço
nacional, via integração dos mercados regionais a partir do pólo industrial paulista.

O segundo período, que encerrou os anos entre 1968 e 1976, significou novo acelera-
mento no estágio de formação do espaço nacional, expandindo-se territorialmente o
mercado unificado na medida requerida pelo processo de acumulação em vigor. Pro-
cesso este expresso na adoção de políticas específicas a dois momentos distintos.

Até 1973, a reimposição da acumulação entravada, através de forte intervenção estatal
na economia e uma conjuntura internacional favorável, propiciaram o denominado “mi-
lagre econômico”, tal o vulto do crescimento dos principais indicadores econômicos e
da indústria em particular. Após esta data, numa tentativa (frustrada) de se inverter este
processo de acumulação, voltou-se para a implantação parcial do II Plano Nacional de
Desenvolvimento (II PND), visando sustentar as altas taxas de crescimento dos anos
imediatamente antecedentes pela expansão do mercado interno através da expansão
da grande empresa nacional.

Já o período compreendido entre estas duas fases expansivas e que abrange o gover-
no sob a presidência de João Goulart (1961-64), além de registrar crise econômica,
destacou-se pela ausência do apoio da elite dominante, a ponto de ser destituído atra-
vés de golpe de Estado para propiciar a reimposição da acumulação entravada. A não
efetivação da maior parte das políticas formuladas neste período resultou em transfor-
mações na produção do espaço pouco acentuadas.

O estado de São Paulo, dadas as suas condições de liderança na economia nacional,
em ambos os períodos considerados, particularmente sofreu significativas transforma-
ções no seu espaço. Foi justamente no território paulista que a homogeneização do es-
paço econômico se processou mais aceleradamente, passando, notadamente no se-

Tabela I
BRASIL. Dados macroeconômicos básicos (taxas
médias geométricas anuais de crescimento)

Período	PIB	Produto			Investimentos	
		Agr.	Ind.	Total	Gov.	Ind. transf.
1955/62	7,1	4,5	9,8	7,5	9,7	17,4
1962/67	3,2	1,7	2,6	2,7	4,7	(3,5)
1967/73	11,2	4,7	12,7	14,1	7,7	26,5
1973/76	8,3	5,4	9,1	12,7	13,1	9,9
1976/80	6,2	5,0	6,4	3,5	(8,5)	(6,7)

Fonte: Serra (1984, p.58)

gundo período de crescimento econômico, a englobar a área rural pela difusão crescente neste setor das relações capitalistas de produção.

A Industrialização Pesada

O período, entre 1955 e 1961, caracterizou-se por uma marcante atuação do Estado no sentido de viabilizar a implantação de uma nova fase da industrialização brasileira, qual seja, a destinada a incrementar a fabricação de bens de consumo e de produção.

A atuação estatal procurou atuar no sentido de atrair e facilitar a entrada de capitais estrangeiros, os quais se tornaram os responsáveis pela implantação dos novos setores industriais baseados em tecnologia avançada. Do valor global das aplicações estrangeiras no país, entre 1955 e 1960³, dois terços destinaram-se a São Paulo, aproximadamente 13% ao que hoje se constitui o estado do Rio de Janeiro, menos de 6% à Minas Gerais e o restante pulverizado entre os demais estados. (Lima, 1967)

Investimentos estes que contribuíram para São Paulo, já em 1959, concentrar 55,5% do valor da transformação industrial (v.t.i.) nacional na indústria de transformação. A participação paulista aumentou notadamente nos setores mais modernos vinculados às empresas estrangeiras, tais como os setores de materiais de transportes (de 70,8% em 1950 para 86,9% em 1960) e material elétrico (de 78,8% para 80,0% entre 1950 e 1960).

A predominância absoluta quanto à localização industrial, a nível intra-estado, situava-se na capital paulista e nos municípios de seu entorno (Grande São Paulo), além de poucos municípios do interior. Considerando-se aqueles que contavam com mais de 5000 operários, em 1957, e as respectivas distâncias, nota-se que apenas Ribeirão Preto encontrava-se a uma distância significativa da capital e apenas outros quatro municípios: Piracicaba, Limeira, Taubaté e Americana não pertenciam a uma vizinhança imediata à capital⁴.

A necessidade de incorporar o interior paulista ao mercado nacional já era percebida pelo empresariado da época, o qual propunha a extensão da homogeneização do espaço através da atuação estatal no setor energético.

O estado de São Paulo, em 1956, era abastecido de energia elétrica por intermédio de 29 empresas (particulares e estatais), mas a expansão do setor se deu graças à incorporação das empresas particulares pelas de capital mixto ou estatal.

A pavimentação de rodovias também teve significativo impulso na década de 50. A comparação entre os Mapas 1 e 2, que representam as principais rodovias pavimentadas do estado de São Paulo, em 1950 e 1960 respectivamente, indicam que, além das ligações da capital com os estados do Sul e Centro, houve significativa penetração de novas rodovias no sentido do interior do próprio estado.

As novas pavimentações de rodovias, bem como a implantação de hidrelétricas, beneficiaram momentaneamente as áreas onde predominava uma agricultura mais avançada ou onde o desenvolvimento industrial era mais expressivo⁵. Ainda que a agricultura paulista no início da década de 60 tenha apresentado uma modernização restrita a nível do uso de fertilizantes químicos e bastante localizada, já que incidia apenas em regiões como Ribeirão Preto, Campinas e municípios voltados ao abastecimento da área metropolitana.

Mas apesar de incipiente, esta modernização agrária colocava a agricultura paulista em estágio avançado em relação à agricultura nacional. Propiciava ainda que a urbanização se intensificasse.

A urbanização acelerou-se também como decorrência da industrialização pesada, ainda que esta se tenha dado concentrada na capital paulista, pois "as alterações na estrutura industrial impuseram novo significado à urbanização. De um lado porque as transformações da própria estrutura produtiva, com a grande empresa e produção em escala, trouxeram consigo o crescimento do emprego industrial e a diversificação da estrutura social. De outro, porque repercutiram sobre toda a vida econômica, exigindo

(3) Investimentos Via Instrução 113 – SUMOC, detalhados em: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. 14 ed. revisada. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 49; b) LIMA, Heltor F. O parque industrial de São Paulo. In: BRUNO, Ernani Silva, org. *São Paulo, terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1967. p. 122

(4) Ver CONFEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Descentralização industrial no estado de São Paulo*. São Paulo. CIESP/FIESP. (mimeo). p.49

(5) Ver dados relativos ao valor da transformação industrial, população economicamente ativa nos Censos econômicos de 1960.

Mapa 1

Estado de São Paulo – Principais rodovias pavimentadas – 1950.

Fontes: DNER/IBGE.

Mapa 2

Estado de São Paulo – Principais rodovias pavimentadas – 1960.

Fontes: DNER/IBGE.

mudanças correlatas no mundo rural e no terciário das cidades". (Negri, Gonçalves, Cano, 1988)

Ao confrontar-se o mapa das rodovias pavimentadas com as microrregiões com mais de 50% de taxa de urbanização, ambos em 1960, percebe-se que se sobrepõem em grande medida, conforme Mapa 3. A área pontilhada no mapa, indicativa da predominância de população urbana, também se confunde, na sua quase totalidade, com as microrregiões que apresentaram os maiores valores dos indicadores do setor industrial.

A região metropolitana, por ter sido o "locus" principal deste impulso industrialista, também concentrou a maior parcela da população economicamente ativa (PEA) no terciário (54,3%) do total estadual. As microrregiões que detinham os valores logo abaixo ao da capital, quanto à porcentagem da PEA no terciário, situavam-se muito aquém desta: Santos (5,5%) e Campinas e São José dos Campos (em torno de 3,5%).

Em resumo, "o primeiro ciclo da industrialização pesada, no seu movimento ascendente (1956-1962), reforçou a concentração na metrópole da população, da indústria e dos serviços, ... (e) ... instaurou em definitivo novo padrão de urbanização reordenando a estrutura produtiva (agrícola e industrial) e a estrutura do consumo (de bens e serviços), recriando a divisão territorial do trabalho a cada período ascendente do ciclo de acumulação. (Negri, Gonçalves, Cano, 1988)

Estavam lançadas as bases do processo de industrialização do país para as décadas seguintes, ainda que em condições de atraso e dependência em relação aos países centrais. O desenvolvimento deste processo e a manutenção da hegemonia econômica da elite requeriam a manutenção do modelo expatriador. Ao mesmo tempo, no entanto, a ampliação do excedente expatriável exigia uma certa ampliação do trabalho assalariado e portanto do mercado interno, que por sua vez, requeria a correspondente ampliação das condições de homogeneização do espaço.

As transformações ocorridas no espaço paulista atestavam estar em curso o processo de homogeneização deste território em particular. Com a crise da hegemonia da elite, após 1960, tal movimento foi sustado para permitir a recomposição dessa mesma hegemonia, o que se deu no período entre 1964 e 1967, através de golpe de Estado e instauração de um governo militar autoritário e centralizador. A partir de 1968 um outro período ascendente da acumulação (entravada) significou um novo avanço naquele processo.

O Milagre Econômico e o II PND

O período compreendido entre 1968 e 1973 delimita o "milagre econômico". Nesta fase o país apresentou altíssimas taxas de crescimento nos principais indicadores econômicos, tais como o PIB (11,3% a.a.), indústria (12,7% a.a.), serviços (9,8% a.a.) e exportações (24,0% a.a.).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) abarcou nominalmente os anos de 1974 a 1979, mas na prática sua implantação foi drasticamente limitada em meados de 1976.

A expansão industrial, que se deu a partir de fins de 1967, foi fruto das políticas adotadas com vistas a ampliar o mercado consumidor interno, incentivar as exportações de produtos manufaturados e modernizar a agricultura.

O II PND objetivava formar no Brasil um parque industrial com tecnologia avançada de modo a permitir novas relações do país no sistema capitalista internacional, inserindo-o em patamar superior, chegando mesmo a desafiar a continuidade da acumulação entravada, ou seja, a primazia da expatriação do excedente. Fato significativo para a precipitada interrupção de sua implementação.

Os elevados investimentos estatais então realizados em grandes projetos propiciaram que as taxas de crescimento dos anos precedentes não diminuíssem significativamente, apesar de que as condições que viabilizaram o "milagre econômico" já tinham se findado.

Mapa 3
 Estado de São Paulo – Principais rodovias
 pavimentadas – 1960.

Fontes: DNER/IBGE.

Mapa 4
 Estado de São Paulo – Relação entre
 população volante e população residente
 rural por MRH – 1980.

Fonte: Censo Agrop. IBGE.

Modificou-se assim, sensivelmente a estrutura econômica do país, acarretando transformações no espaço bastante aceleradas, notadamente no estado de São Paulo, que continuava capitaneando a economia nacional.

As transformações ocorridas neste período em São Paulo tiveram maior abrangência espacial do que quando da implantação da industrialização pesada visto que estenderam-se ao interior do estado, provocando uma desconcentração relativa da população e de atividades econômicas, principalmente no decorrer da década de 70.

Em termos de número de estabelecimentos industriais a Região Metropolitana de São Paulo detinha 47,4% do total estadual em 1960, 51% em 1970 e 53,4% em 1980. No entanto, por terem sido justamente as grandes indústrias de base a transferirem suas plantas para o interior, sua participação relativa no valor da produção industrial decresceu no último período (62,8%), tendo sido 73,5% em 1960 e 74,5% em 1970.

A microrregião homogênea de Campinas foi uma das grandes responsáveis pelo crescimento industrial no interior, passando a deter 9,1% do valor da transformação industrial do estado em 1980, contra 5,3% em 1970, sendo que "um dos fatos que explicam essa expansão expressiva é a maturação da Refinaria do Planalto, em Paulínia, que em apenas cinco anos fez com que a região (administrativa) passasse a concentrar 28,3% da produção química do estado (contra apenas 5,7% em 1970). Outro fato também importante foi o desenvolvimento de sua indústria metal-mecânica (...). Na segunda metade dos anos 70 (...) Campinas cresce ainda mais (...), tornando-se o terceiro parque industrial do país, abaixo apenas do estado de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro. (Negri, 1988)

A microrregião, que tem como sede São José dos Campos, tornou-se o terceiro parque industrial paulista desde 1970, atestando ademais expressiva diversidade de ramos industriais que aí se instalaram a partir da década de 60, principalmente ao longo da rodovia Presidente Dutra que une São Paulo ao Rio de Janeiro.

Outro importante fator indutor do desenvolvimento desta microrregião foi a implantação no município-sede de um centro de desenvolvimento de tecnologia militar e aeroespacial, com cinco importantes institutos de pesquisa e com grandes empresas nestes setores, incluindo a estatal EMBRAER.

A concentração de indústrias químicas, petroquímicas e siderúrgicas no município de Cubatão foi sem dúvida a responsável pela posição de destaque da microrregião de Santos, no valor da produção industrial. Aí situa-se ainda a Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA) que entrou em funcionamento em 1963.

Nota-se a presença das mais importantes empresas estatais de grande porte no estado de São Paulo nestas três microrregiões que apresentaram maior crescimento industrial no interior, a partir do "milagre econômico".

Este crescimento industrial do interior foi possível graças à implantação de infra-estrutura, tal como energia e rodovias. Dentre estas destacam-se auto-estradas como a Castelo Branco, Bandeirantes, Imigrantes e o adensamento da rede de rodovias vicinais.

O fornecimento de energia elétrica também foi incrementado significativamente com o início das operações das usinas hidrelétricas de Juquiá (1968) e Ilha Solteira (1973), as quais juntas fornecem em torno de 3200 MW. Em 1975, no âmbito do II PND iniciou-se a construção da usina de Itaipu, em conjunto com o governo paraguaio.

A expansão da produção de energia elétrica no estado de São Paulo foi também fator favorável ao avanço da modernização agrária, através do incremento da eletrificação rural.

O processo de modernização agrária, iniciado notadamente a partir de fins da década de 60, foi denominado de "modernização conservadora", por ser centrado na grande propriedade rural consumidora de insumos modernos e voltada ao plantio de produtos industrializáveis ou matérias-primas de exportação ⁶.

(6) Os produtos incluídos nestas categorias foram: café, cana-de-açúcar, algodão, soja e laranja.

O fator determinante para a viabilização desse processo de modernização foi a criação do crédito rural, já em 1965, mas que obteve incremento significativo e recursos na década seguinte. Foi através desta subvenção financeira, a qual concedia empréstimos às atividades rurais com juros até mesmo negativos, que se propiciou a difusão da capitalização do campo.

A participação do estado de São Paulo no total do crédito rural nacional diminuiu no decorrer da década de 70. No entanto, estas proporções ainda são superiores à participação do estado no valor da produção agrícola nacional: 19% em 1970 e 20% em 1975, sendo que coube a São Paulo 33,4% e 23,6%, respectivamente, do valor total concedido. (Muller, 1986)

Deste total de crédito rural, destinado a São Paulo, mais de 70% coube à agricultura. Como reflexo, a área ocupada por lavouras aumentou no estado de 5,5 para 6,1 milhões de hectares no período, enquanto aquela utilizada por pastagens decaiu de 12 para 10,2 milhões de hectares. As áreas ocupadas com predominância de produtos exportáveis e industrializáveis aumentaram em 50%, sendo que a área total cultivada no estado evoluiu apenas 6%.

O avanço da modernização agrária centrado em culturas exportáveis e industrializáveis gerou um incremento substancial de consumo de fertilizantes e número de tratores, tendo ambos dobrado em quantidade entre 1970 e 1980.

O processo de "modernização conservadora", ainda que tenha obtido significativos avanços no território paulista entre 1970 e 1980, não predominou em todas as microrregiões. A convivência entre um setor "moderno" e outro "atrasado" na área rural, é explicado, segundo Rocha Antuniasse (1988), pelo "... papel que a agricultura desempenha na expansão do sistema econômico, seja fornecendo contingentes de força de trabalho para os setores não agrícolas, seja fornecendo matéria-prima para a indústria de alimentos a baixos preços a toda população (...) a agricultura atrasada longe de ser um entrave ao desenvolvimento econômico, viabiliza a acumulação de capital no pólo dinâmico da economia.

A modernização da agricultura deve ser entendida como parte do processo de homogeneização do espaço econômico. Nesse sentido, ao se estabelecerem no campo relações de produção compatíveis com a predominância da forma-mercadoria, isto é, o assalariamento, alteraram-se as relações de trabalho rural.

O avanço da capitalização do setor primário difundindo o assalariamento rural, assim como a troca de empregos permanentes por temporários, reduziu o setor de subsistência, induzindo a transferência da moradia dos trabalhadores para as áreas urbanas próximas, acelerando a urbanização. As aglomerações urbanas reforçaram o seu papel de "locus" por excelência da reprodução da força de trabalho assalariada. Processou-se, assim, a "unificação dos mercados de máquinas e insumos industriais, bem como dos mercados de trabalho e de consumo, reunindo campo e cidade" 7.

Há, de fato, forte correlação entre a predominância de modernização agrária e a transformação de trabalhadores residentes em volantes, como se pode observar pela distribuição geográfica de ambos, segundo as microrregiões de todo o estado paulista (Mapa 4). A estas microrregiões de maior índice de modernização agrária também se associam maior industrialização e urbanização.

A intensificação do processo de urbanização no estado paulista acarretou igualmente um aumento de população economicamente ativa (PEA) urbana, no setor industrial e terciário, para todas as microrregiões, tanto no período entre 1960 e 1970, como entre 1970 e 1980.

A relativa desconcentração populacional no estado é atestada pelo fato da população urbana na Grande São Paulo ter aumentado a sua participação relativa ao total estadual, entre 1960 e 1970, de 49,5% para 55,0%, mas declinando ligeiramente na década seguinte para 54,8%. A taxa média geométrica de crescimento da população urbana também decresceu neste segundo período, já que foi de 7,1% a.a., entre 1960 e 1970, e de 4,5% a.a., entre 1970 e 1980.

(7) SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. *Trabalhos volantes na agricultura paulista*. 1978. p. 12

A aspiração empresarial referente à descentralização industrial da Grande São Paulo, constante em todos os planos governamentais a partir de meados da década de 60, acabou sendo iniciada finalmente na década de 70. Esta descentralização se deu por um lado no sentido do próprio interior paulista, o qual aumentou sua participação no total da produção industrial do país, passando a se situar logo após a própria metrópole.

Por outro lado, de acordo com a necessidade de expandir o mercado nacional, não só a capital, mas o estado de São Paulo como um todo, diminuiu sua participação relativa no total brasileiro no que se refere ao valor da produção industrial (Tabela II).

Da mesma forma a metrópole que detinha 64,6% da PEA do setor secundário do total do estado em 1970, declinou para 60,6% em 1980. No setor terciário, contudo, apresentou crescimento de sua participação de 51,2% no mesmo período, refletindo o fato de continuar sendo o principal pólo nacional.

A Grande São Paulo, segundo Torres e Mincherian (1988), tem apresentado “desaceleração econômica do setor secundário e subsetores mais tradicionais do terciário (e) um crescimento significativo dos setores avançados da economia terciária”.

Atesta-se assim que para a manutenção da liderança do capital paulista na economia nacional foi necessário o desenvolvimento de atividades secundárias e terciárias básicas em outros pontos do território brasileiro, notadamente no interior do próprio estado, em razão de possibilitar as condições para a expansão, ainda que controlada, do mercado consumidor nacional, já que se mantinha o processo de mantinha o processo de “acumulação entravada”

Conclusões

A produção e transformação de um espaço nacional se confunde, no capitalismo, com o processo de unificação do mercado da nação-Estado.

No Brasil este processo tem-se dado a partir dos ditames da elite dominante e viabilizado pela intervenção estatal. Entender este processo, para o período que abrange 1955 a 1980, requereu avaliar as principais políticas governamentais implantadas, procurando clarificar os interesses em pauta.

Esta avaliação indicou que neste período o Brasil voltou-se nova e novamente no sentido de criar as condições necessárias à expansão do mercado interno e à extensão das condições de homogeneização do território. Expansão esta, no entanto, controlada, de modo que fosse apenas o suficiente à viabilização do modelo imposto pela elite nacional.

Modelo este voltado à expatriação de recursos como forma de não possibilitar o desenvolvimento desimpedido das forças produtivas internas, gerando um processo de “acumulação entravada”, na expressão de Deák (1989).

Este processo de controle da expansão do mercado interno e conseqüentemente da produção e transformação do espaço pode ser percebido com maior clareza nas fases expansivas da economia. Fases estas que, por se assentarem na industrialização, requereram certa ampliação do mercado interno sem a qual se inviabilizaria o processo proposto.

A implantação da industrialização pesada, relativa à primeira fase, teve como “locus” principal a Grande São Paulo, consolidando a condição de liderança deste pólo na economia nacional. Condição esta reforçada quando do “milagre econômico”, relativo a segunda fase, já que São Paulo detinha o maior e mais avançado parque industrial e financeiro do país.

O processo de unificação do mercado nacional, no entanto, deu-se de modos distintos em cada um destes estágios da acumulação, gerando especificidades próprias também no processo de configuração do espaço paulista, em particular.

Tabela II
Valor da produção industrial (percentual relativo da Grande São Paulo (GSP) e do estado de São Paulo (ESP).

Ano	GSP/ESP	GSP/BR	ESP/BR
1960	70,8	39,0	55,1
1970	70,6	39,1	55,4
1980	58,6	30,5	52,0

Fonte: Torres & Mincherian (1988, p.13)

Nas décadas de 50 e 60 este processo visou consolidar o pólo industrial paulista, sendo que a constituição do mercado nacional significou uma crescente concentração de capital e das atividades produtivas na capital.

A partir dos anos 70 iniciou-se um processo de desconcentração gradual deste pólo, abrangendo parte do interior paulista, pois este estágio de industrialização, baseado na expansão do setor de consumo durável necessitava de um novo alargamento do mercado nacional, ainda que de forma restrita para preservar a acumulação entravada.

A elite brasileira, liderada pelo capital paulista, soube assegurar sua dominação, conduzindo o Estado de modo a adotar políticas nacionais, visando viabilizar a imposição do modelo expatriador. Modelo este determinante quanto à produção (e transformação) do espaço nacional, na medida que restringiu a abrangência da unificação do mercado interno.

Referências Bibliográficas

- MARX, Karl (1864-67). *O Capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984. v.2. p. 659.
- . *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena B. Alves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 202-203.
- . *Id. ibid.* p. 217.
- . *Id. ibid.* p. 215.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.161.
- DEÁK, Csaba. *Rent theory and the price of urban land: spatual organization in a capitalist economy*. Cambridge: University of Cambridge, 1985, p.102.
- . *Id. ibid.*, p.102
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 33
- DEAK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil*. São Paulo: FAUUSP/ANPUR, 1989. p. 8 (mimeo)
- NEGRI, B; GONÇALVES, M. S.; CANO, W. Processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-1980) in: SEADE. *Interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo, 1988. v. 1, (1) p. 57.
- . A interiorização da indústria paulista. in: SEADE. *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo, 1988, v. 1 (2) p. 93-94.
- MULLER, Geraldo. *Estudos preliminar sobre emprego nas atividades agrárias paulistas pós 80*. São Paulo: CEBRAP, 1986. p. 79
- ANTUNIASI, M. H. R. *Renovação tecnológica e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: CERU, 1988. p. 121. (Cadernos, 11)
- TORRES, Nilton; MINCHERIAN, Margarida. *São Paulo: centro de decisão do capital internacional no Brasil*. São Paulo: SEMPLA/DECOR, 1988. p. 65. (mimeo)